

A FAMÍLIA PARA A IGREJA

Reginaldo Prandi

Do Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP.

RESUMO

O artigo refere-se à atuação da Igreja na instituição familiar, com base na síntese de três trabalhos: o de Prandi (1975), o de Pierucci (1978) e o de Camargo e outros (1980). Indica como, no que diz respeito à nação ideológica em organização voltada para a prática comunitária, que privilegia a sociedade civil em contraposição ao Estado. Mostra também que, apesar das mudanças, a Igreja procura sempre manter a família sob seu controle.

SUMMARY

This article refers to the influence of the Catholic Church on the family. The author attempts to show how the action of the church, as far as the family is concerned, changed during the last years, from an ideological agency of domination to a political organization turned to the development of base communities. Although changes were relevant the church is always concerned in maintaining the family under control.

Em estudo anterior (Prandi, 1975), pudemos verificar em que direção caminhou o Catolicismo no sentido de se ajustar às mudanças verificadas na sociedade brasileira a partir de 1940 no que diz respeito à família. Análises de conteúdo de mensagens católicas, num período de 30 anos, evidenciaram a crescente preocupação da Igreja em "acompanhar" um processo de mudança sobre o qual o seu poder de controle esteve progressivamente enfraquecido. Tomando a família como núcleo, encontraremos na mensagem católica dos anos 40 um conjunto coerente e bem definido de práticas recomendadas e de valores que as sustentam. Assim, quando se trata de casamento, tamanho da família, educação dos filhos, trabalho da mulher, autoridade paterna, etc., a Igreja dessa época sempre apresentará um modelo acabado do que fazer, como fazer e por que fazer.

Como instituição de dominação, a presença da Igreja no processo de mudança social que marca a sociedade brasileira, mais especificamente pós-1940, encontra-se colada à instituição familiar, dentro dela e através dela. A presença do poder de controle da Igreja no interior da família foi enfraquecida, contudo, na medida em que mudanças decisivas na organização do trabalho e da sociedade em geral acarretaram um necessário esvaziamento da tradição católica na orientação do comportamento em nível individual e familiar. Por outro lado, a tentativa de se manter como fonte de controle e orientação, agora através da família, se revela como nova estratégia, segundo a qual a Igreja se transmuta de agência de dominação meramente ideológica em agência de organização em nível de uma prática social que privilegia a sociedade civil em contraposição ao Estado. De todo modo, conforme Pierucci, "manter, na medida do possível, a família sob o seu controle ideológico, se não jurídico, parece ser de crucial importância para a sobrevivência institucional da Igreja" (Pierucci, 1978, p. 15).

Pouco a pouco, no entanto, o conteúdo das mensagens vai mudando, e de tal modo que aquilo que aparece como inovação no discurso católico já se mostra, na verdade, como comportamentos e valores definitivamente cristalizados na prática cotidiana da população católica urbana. A Igreja luta, assim, para se adequar a novas condições de reprodução da sociedade, em que a família como unidade de produção da vida material representa apenas o fantasma de um passado distante. Por exemplo, insistir para que a mulher permaneça como mãe de família alheia ao mundo do trabalho, quando, já em 1940, ela representa mais de um quarto da força de trabalho brasileira significava um modelo de conduta inteiramente falso da realidade. De uma outra perspectiva, viu-se a Igreja obrigada a substituir modelos de conduta inteiramente abstratos e metafóricos por outros em que aspectos concretos e específicos são postos em questão. Se

durante tanto tempo a questão sexual era tida como questão de pecado e incompatível com os ideais cristãos de pureza e salvação, já por volta de 1970, a frieza sexual da mulher, tão ferrenhamente recomendada no início do período estudado, passa a ser combatida e apontada como causa possível para o fracasso do casamento. Evidentemente, o centro da questão é a preservação dos laços matrimoniais. Ainda mais, permite-se à mulher o trabalho fora do lar (desde que "necessário"), afrouxa-se o preceito da autoridade dos pais na definição dos projetos de vida dos filhos, encontra-se a virtude no prazer, e coisas mais, sempre entendidos os novos padrões como meios para garantir a harmonia familiar e preservar, a todo custo, a sua unidade.

Para tanto, vê-se a Igreja disposta a substituir valores estritamente religiosos por outros emprestados da ciência vulgarizada ou extraídos, como valores utilitários, dos casuísmos derivados da competição e da luta pela sobrevivência na nova ordem econômico-social. Ser católico é, então, ser também "científico" e moderno, na medida em que a religião se vê obrigada a garantir sua presença num mundo que se transforma a despeito dela e no qual procurará mudar radicalmente sua forma de atuação.

De fato, o esforço de *aggiornamento* do catolicismo com base na orientação da conduta individual modelada em função de uma unidade familiar idealizada levou o catolicismo brasileiro praticamente a um beco sem saída que o obrigará a uma reelaboração teórica da sociedade a partir de uma prática de classe acompanhada de um penoso exercício teológico-doutrinário de reorientação ideológica. Em outras palavras, as "novas verdades" — agora percebidas e solicitadas socialmente, e a partir de demandas externas à instituição — deveriam ser encontradas nos fundamentos das "verdades eternas", posto que católicas e defensáveis porque "justas". Numa primeira etapa de um processo cujo fim só pode ser conjecturado, a Igreja deixa de falar — soberana e infalível — para os homens para falar — humilde e comunitária — pelos homens. Primeiro para todos, como iguais perante Deus, depois por parte deles: os "pequeninos", os "marginalizados", os explorados. A ideologia universal esbarra na estrutura das classes sociais e o momento de mudar os rumos da "barca de Pedro" estão razoavelmente marcados; pela ineficácia da mensagem religiosa "modernizada" e esvaziada.

Vejam. A força da ideologia está na sua coerência interna e na sua capacidade de instrumentalizar a ação. Ao insistir na linha de orientação individual e familiar, a mensagem católica no Brasil incorporou ao longo de trinta anos valores e normas extraídas do mundo não religioso. Ao ditar modelos de comportamento, o Catolicismo oferecia o padrão a ser seguido, a maneira de como segui-lo e a legitimação para a ação. Através das fontes estudadas, foi possível verificar dois fatos importantes. Primeiro, as mudanças sofridas não se deram igualmente nos diversos aspectos que cercam e compõem a vida familiar, mantendo-se muito mais reticente naqueles em que a dimensão moral tende a apresentar maior peso, e aceitando a mudança em maior profundidade naqueles em que o peso maior é ditado pelas condições

materiais de sobrevivência. A religião, assim, foi como que retirando de sua esfera de controle absoluto a participação da mulher no mercado de trabalho e a educação para o trabalho. No nível do discurso, pouco mudou em questões relacionadas ao casamento e à prática sexual. Segundo, diante de muitas situações, a mensagem de aconselhamento — aconselhamento que na verdade funcionaria como “lei” regulada pela salvação — perdeu parte da coerência interna, incapaz de justificar certas práticas ou inteiramente impotente quanto à possibilidade de oferecer orientação prática diante de um valor do qual não é capaz de abrir mão. E foi justamente nos problemas relacionados com o matrimônio e a prática sexual — em que se inclui o controle da natalidade — que maior grau de esvaziamento pôde ser observado.

No conjunto, o Catolicismo brasileiro, quando analisado através de mensagens escritas, se mostrava como instituição cuja força ideológica mais e mais se amparava em conteúdos alheios à sua secular tradição. Seu esforço em acompanhar as mudanças sociais punha a nu uma fraqueza tal que se colocava como pergunta a possibilidade de um total esvaziamento, num momento em que havia muito já passara à posição de “segundo violino”. Deixando por ora de lado a redefinição política da Igreja pós-64 responsável pela importância social que recuperará nos anos recentes, responder a essa pergunta implica investigar a relação entre a mensagem genérica e a prática cotidiana, tarefa esta realizada por Flávio Pierucci, que, trabalhando no tema família, tomou como centro da investigação uma de suas questões mais controversas na relação entre família e Igreja — a reprodução humana.

II

Ao tratar do comportamento reprodutivo dos católicos, Pierucci parte do princípio de que “uma mensagem, reinterpretada sim pelos diferentes grupos de fiéis, já chegou até eles alterada por sucessivas reelaborações ou releituras levadas a cabo por bispos, padres, freiras e leigos autorizados, ao transmitirem-na ‘fielmente’. A transmissão ou comunicação de uma mensagem implica sempre em sua reelaboração da parte mesma dos agentes institucionais legítimos, encarregados de transmiti-la ‘fielmente’ (Pierucci, 1978, p. 9).

Através do estudo de documentos pontifícios, manifestações da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros), documentos de grupos de bispos brasileiros, escritos de bispos e prelados, declarações de teólogos e entrevistas com padres (curas de alma), o autor procura identificar as múltiplas faces que o problema do controle familiar apresenta, quer como fato político em que a “unidade da Igreja” é posta como questão central, quer como problema cotidiano enfrentado pelo cura de almas. Mostra que a “manutenção da unidade aparente da mensagem católica se vê facilitada quando os interesses reais ou imaginários dos diversos grupos ou classes de legios, que constituem a clientela dos padres e seus principais interlocutores no cotidiano da cura de almas, não entram em choque aberto (e incontornável) com o conteúdo e a direção da mensagem. Quando não há esse choque, é

possível reinterpretar a mensagem sem postular a sua reformulação” (p. 33).

Diante de impedimentos doutrinários relativos ao controle de natalidade, o episcopado brasileiro, por sua vez internamente dividido em questões de doutrina e de política, tem pela frente também e principalmente problemas de orientação pastoral que não pode simplesmente ignorar: que o tamanho da família representa para a população de fiéis questão básica. O autor mostra a maneira como os bispos enfrentam essa oposição entre a doutrina oficial da Igreja e as demandas da população católica: assume-se uma posição claramente política diante do planejamento familiar, de tal sorte que o controle da natalidade em si perde importância diante do problema “maior” representado por uma política neomalthusiana por parte do Estado, insistindo na oposição ao controle dirigido da natalidade como solução dos problemas de subdesenvolvimento do país. Na prática, o problema de orientação direta dos fiéis fica nas mãos dos padres. Casuisticamente, cada caso é tratado como um caso. Diante da “dúvida”, ao fiel restará sempre a possibilidade de interpretação das mensagens. De todo modo, podemos acrescentar que o contato mais direto do padre com o fiel, do que deste com o bispo, atribui ao clero inferior uma autoridade pedagógica muito mais eficiente do que aquela emanada dos colégios episcopais e de suas declarações.

O não-monolitismo da Igreja, nos diferentes níveis hierárquicos, de regiões e de clientelas lhe traz como contrapartida e como vantagem uma universalidade capaz de recobrir e defender as situações específicas mais contraditórias. Mas, para isso, é necessário que as demandas das populações sejam atendidas. Assim, aquilo que aparece como uma “tendência geral”, nada mais pode ser do que o desaguadouro para correntes de diferentes águas. Isso leva, evidentemente a Igreja a uma prática comunitária — porque capaz de reunir interesses próximos — centrada sempre e novamente na família. Entretanto, por já não lhe ser possível atuar simplesmente na reprodução moral e religiosa da família numa sociedade em que sua hegemonia axiológica foi historicamente posta em plano residual, a Igreja, para sobreviver, é obrigada a enxergar a sociedade através de um movimento maior e refazer suas relações com a instituição da família em moldes muito diferentes. Trata-se, em suma, de perceber a cada momento qual é, para o povo, possível clientela, a cara mais feia do Diabo.

Em muitos pontos do Brasil, a Igreja representou e representa nestes anos um dos mais importantes organismos da sociedade civil na defesa das classes trabalhadoras frente à repressão policial e militar do Estado. Das formas de organização da sociedade civil, as Comunidades Eclesiais de Base (hoje mais de 50 mil em todo o país) tiveram rápida aceitação nos meios católicos, especialmente nos bairros proletários, conquanto apresentem variações no que diz respeito à sua organização, atuação, prioridades de ação e vinculação ideológica. Embora as CEBs atuem no sentido de resolver os problemas mais imediatos que afligem a população explorada, a base de sua organização pressupõe uma experiência de “sociabilidade fraterna” em que os grupos de vizinhança e as re-

des familiares ocupam importância fundamental. Os seus membros, comunitariamente, conhecem-se e se reconhecem. A necessidade, para seu funcionamento, de um contato íntimo entre seus membros, tanto para discutir os problemas comuns, como para organizar as formas de reivindicação e estratégias para melhorar a qualidade de vida (como as compras comunitárias) implica obrigatoriamente um envolvimento familiar muito mais intenso do que a simples prática religiosa centrada na organização paroquial de atendimento individual.

"As Comunidades Eclesiais de Base agregam número de participantes raramente superior a cinquenta indivíduos (. . .), que se organizam em grupos de vizinhança." (. . .) "Normalmente, os fiéis começam a se organizar em pequenos grupos pelo estímulo de agentes de pastoral — padres, irmãs, líderes de outras comunidades — como, por exemplo, nos cursos de evangelização, círculos bíblicos, 'grupos de Evangelho', 'escolas da fé'; ou então por imitação de um grupo anteriormente iniciado, ou ainda pelo desdobramento e ampliação de reuniões familiares e encontros de casais" (Camargo, 1980, p. 70-71).

Embora não se tenha elementos suficientes, não é difícil estabelecer a relação existente entre as CEBs e a família, quer pelo conteúdo comunitário, quer pelas maneiras através das quais as CEBs se organizam. Interessante sobretudo é o fato de que este tipo de organização depende muito fortemente de contatos primários, reproduzindo no capitalismo (urbano) relações sociais quase que antagônicas ao individualismo e à competição próprias a esse regime. Em princípio, a CEB é contraditória com o movimento de massa, tanto que o seu engajamento em partidos políticos pode mesmo estar sendo visto pela hierarquia da Igreja como um risco para a sua sobrevivência sob a tutela da Igreja. Razões, razões, o fato é que publicamente a Igreja vem se opondo à filiação das Comunidades Eclesiais de Base a partidos políticos, ao mesmo tempo em que, no interior de cada CEB, a filiação partidária é incentivada — como filiação individual. Possivelmente é esperado que nos partidos se diluirá a natureza comunitária — e familiar — desse movimento.

Conquanto não exista em relação às CEBs nenhuma proposta explícita capaz de ligar teórica ou ideologicamente religião e família, no campo a situação é bastante outra. A Pastoral da Terra privilegia a unidade familiar e a identifica como unidade de trabalho para escapar à exploração capitalista, adotando conceitos de inspiração sociológica, opondo "terra de negócio" a "terra de trabalho" (Martins, 1980, p. 58-61). Neste caso, a negação do capitalismo, na teoria e na prática pensada, é assumida pela Igreja via família, uma vez que a propriedade familiar, ainda que privada, é entendida como não-capitalista, desde que trabalhada pela família. Pensar a propriedade desta maneira, não deixa de ser uma forma de defesa da família naquilo que melhor garante sua unidade e reprodução, ou seja, as condições materiais de existência, por sua vez inexoravelmente amarradas à família como unidade "natural" — categoria primordial sobre a qual se moveu sempre a Igreja.

O Concílio Vaticano II reviu, mudou e reformulou muitos pontos da doutrina. Uma coisa não mudou: a concepção católica de família e sociedade:

"A família (. . .) constitui o fundamento da sociedade. Por isso todos aqueles que exercem influência nas comunidades e nos grupos sociais devem trabalhar eficazmente para a promoção do matrimônio e da família" (Constituição, 1966, p.64).

Contudo, a tentativa de recriação, tanto na cidade como no campo, das formas de solidariedade de base comunitária não significa necessariamente uma estratégia reacionária e mesmo especialmente quando isso representa uma das poucas alternativas de defesa da população explorada por um capitalismo como este que se desenvolve no Brasil. Mas se isto é correto, também o é o fato de que esta estratégia representa um passo primeiro no interior de um movimento em que toda a estrutura da sociedade tem que ser pensada tendo em vista sua transformação radical. Sob esta condição, aqueles modelos de organização solidária sob orientação da Igreja dependem de uma postura ideológica e política capaz de unificá-los em função de um projeto de futuro cujo alcance social tem necessariamente que ultrapassar os limites estreitos da família, das organizações de vizinhança e da propriedade familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMARGO, Candido Procopio Ferreira et alii. Comunidades Eclesiais de Base. In: SINGER, Paul & BRANT, Vinícius Caldeira — São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis, Vozes, 1980.
- CONSTITUIÇÃO Pastoral Gaudium et Spes. Petrópolis, Vozes, 1966 (Documentos Pontifícios, 155).
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência* (a questão política no campo). São Paulo, HUCITEC, 1980.
- PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. Igreja: contradições e acomodação (Ideologia do clero católico sobre a reprodução humana no Brasil). *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, (30) 1978.
- PRANDI, José Reginaldo. Catolicismo e família: transformação de uma ideologia. *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, (21) 1975.